

A PRETENSA JUSTIFICAÇÃO HUMANITÁRIA DA ESCRAVIDÃO: O “ESCRAVO DA FORÇA” E O “ESCRAVO DA FOME”

MARIA DO ROSÁRIO PIMENTEL*

Até meados da segunda década do século XVIII, o tráfico negreiro e a escravidão foram realidades bem aceites, apenas importunadas por críticas pontuais que pretendiam pôr em causa uma ou outra prática, mas nunca a instituição que a jurisprudência sancionava. A partir dessa altura, porém, a atenção do europeu, até aí indiferente a estas questões, passou a ser confrontada com contestações que punham em causa a fundamentação e a prática de tais costumes, lançando assim a dúvida sobre a sua licitude moral.

Perante tais reacções, os escravistas socorreram-se das mais variadas justificações para fundamentar esse estado de sujeição absoluta, em especial do homem africano. Na sua perspectiva, a escravatura era um bem vantajoso tanto a brancos como a negros e, por isso, era necessário salientar os aspectos positivos de que se revestia e pôr a claro o que consideravam ser o utopismo abolicionista. Para tal, não hesitaram em expor os seus cálculos económicos, as suas análises políticas e sociais, as suas especulações religiosas e genéticas, as suas interpretações jurídicas, os seus sentimentos humanitários, revestidos por vezes de engenhosas, mas nem sempre convincentes, construções mentais. Através da sua argumentação “humanitária”, procuravam provar que aqueles que depreciativamente designavam por “philosophes”, “philanthropes” ou “nigrophiles”, desconheciam a verdadeira realidade da escravidão e que a sua atitude abolicionista, para além de ser um acto antieconómico, era também um acto anti-humanitário, de consequências desastrosas, quer para brancos quer para negros. Assim o salientou o escravista francês, general Louis-Narcise Baudry-Deslozières, na obra *Les egaremens du nigrophilisme*.

* Departamento de Estudos Portugueses.

Do ponto de vista deste autor, os escravistas eram os verdadeiros filantropos, os benfeitores do povo negro, enquanto que os abolicionistas não passavam de inimigos, “*verdadeiros carrascos dos negros*” cujas ideias só serviam para lançar novas desgraças sobre toda a África⁽¹⁾. Pretendia demonstrar que o tráfico negreiro não resultava de um acto de violência do europeu e, portanto, longe de ser humanamente condenável, era antes um bem que os subtraía aos barbarismos das leis africanas. Nos finais do século XVIII, Baudry-Deslozières descrevia a sociedade negra como um mundo infernal de práticas monstruosas, onde imperava apenas a lei e a crueldade do mais forte, em que a existência dos homens mais se comparava à das bestas, sem qualquer substrato intelectual ou espiritual. Tudo nesse mundo era mau e primitivo, cabendo aos escravos a existência mais desgraçada.

Alguns anos antes, um outro escravista, Pierre-Victor Malouet, ao abordar a mesma questão na obra *Mémoires sur l’esclavage des nègres* salientava que a escravatura já fazia parte desse mundo, limitando-se os europeus a comprar os membros de uma sociedade tão bárbara, que, indiferentemente, vendia amigos e inimigos, príncipes e súbditos, pais e filhos, consoante o estado de cada um ou a vontade do mais forte⁽²⁾. Na mesma altura o português José Joaquim Azeredo Coutinho, bispo de Pernambuco e um dos mais acérrimos defensores da escravidão do africano, alinhava pela mesma atitude considerando a África um “*centro de barbaridade*”, onde o comércio proporcionava a comunicação necessária à alteração dos costumes⁽³⁾.

Ao apresentarem a África como uma parte do mundo distante de toda a civilização e regida por costumes bárbaros, os autores escravistas tentavam provar que os negros nada perdiam ao serem comprados pelos europeus e conduzidos às colónias americanas. Tráfico e escravidão apareciam, assim, aos olhos do europeu, depois de filtrados pela óptica

(1) LOUIS-NARCISE BAUDRY-DESLOZIÈRES. *Les egaremens du nigrophilisme*, Paris, 1802, p. 42-43, cit. Carminella Biondi, “*Mon frère, tu es mon esclave*”, Pisa, Editrice Libreria Goliardica, 1973, p. 15.

(2) PIERRE-VICTOR MALOUE, *Mémoire sur l’esclavage des nègres*, Neufchâtel, 1788, cit. “*Idem*”, p. 21.

(3) JOSÉ JOAQUIM DE AZEREDO COUTINHO, *Analyse sobre a justiça do commercio do resgate dos escravos da costa de África*, rev. e acres. por seu autor, Lisboa, Nova Officina de João Rodrigue Neves, 1808, pp. 56-64.

escravista, como o meio mais indicado para retirar os africanos de uma vida cruel para um mundo que, comparado com a sua terra natal, mais parecia, segundo o seu discurso, um paraíso terrestre. As próprias crianças europeias, eram desde muito cedo mentalizadas neste sentido. G. B. Depping, na obra *Les soirées d'hiver, ou entretiens d'un père avec ses enfants sur le génie, les mœurs et l'industrie des divers peuples de la terre*, tentava precisamente fazer compreender às crianças que o tráfico negreiro não era deplorável, porque os negros em África estavam habituados, desde há muito, a sofrer a escravidão e a antropofagia dos seus naturais, práticas mais cruéis do que a escravidão dada pelos europeus e que lhes retiravam toda a sensibilidade⁽⁴⁾.

Esta, porém, não era a opinião dos filantropos europeus, que procuravam provar que a escravatura era contrária a todas as leis da natureza, que os negros eram homens em nada inferiores à racionalidade e humanidade dos outros homens, e só o interesse de seus inimigos os levava à degradação dos próprios princípios imutáveis da razão. Os costumes dos africanos não podiam justificar os ferros da sua escravidão. Esses costumes, dos quais se fazia um quadro revoltante, eram obra dos europeus que procuravam nos africanos uma religião, um carácter e conhecimentos idênticos aos seus. O dever do europeu seria iluminar e não excitar os seus vícios e paixões. Mesmo sendo esses escravos criminosos, o europeu não tinha o direito de ser o seu carrasco⁽⁵⁾.

Contrapondo-se às concepções tradicionais, recheadas de velhos "clichés", com mitos que enraizavam em tradições lendárias e teorias por vezes anteriores aos primeiros contactos, os relatos de alguns viajantes que penetraram nas terras interiores da África, vieram ajudar os abolicionistas a destruir a imagem de um homem negro sem qualquer grau de

⁽⁴⁾ Cit. LÉON-FRANÇOIS HOFFMANN, *Le nègre romantique. Personage littéraire et obsession collective*, Paris, Payot, 1973, pp. 118-119.

⁽⁵⁾ Cfr. Réponse à l'écrit de M. Malouet sur l'esclavage des nègres. Dans lequel est exprimé le vœu formé par les colons d'avoir des représentants aux États-Généraux in "La Révolution Française et l'abolition de l'esclavage. Textes et Documents", t. VI, Paris, 1968, p. 46-47. Bosquejo sobre o commercio em escravos, Londres, Editorial Plus-ultra, 1961, p. 17. Condorcet, *Réflexions sur l'esclavage des nègres*, in "Oeuvres", publ. por A. Condorcet O' Connor e M. F. Arago, reimpressão em fac-simili da ed. de Paris de 1847, t. VII, Stuttgart, Bad Cmustatt, 1968, p. 69, 72-73. D. Diderot, *Oeuvres Completes*, ed. chronologique, intr. de Roger Lewinter, Le Club Français du Livres, 1973, t. XV, p. 504.

saber, que era incapaz de ter sentimentos, que havia nascido unicamente para ser escravo. André Brue, por exemplo, que viajou pelas costas do Senegal, testemunhou a existência de povos agrícolas e comerciantes, homens com espírito, capazes de adquirirem todos os conhecimentos europeus. Homens para os quais as leis e a justiça ocupavam um lugar destacado⁽⁶⁾. E se acaso tinham menos conhecimentos, eles possuíam, no entanto, outros que os europeus ignoravam, mostrando-se dispostos a novas aprendizagens. Mungo Park, outro viajante por terras de África, referia que, se o mundo africano não era ainda civilizado, possuía já, no entanto, um gérmen de desenvolvimento cultural que o faria ultrapassar com facilidade o estágio de ignorância em que ainda repousava. Este desenvolvimento, porém, estava a ser retardado pelos traficantes de escravos, que mais embruteciam e barbarizavam os negros do que os civilizavam⁽⁷⁾.

A pretensa justificação “humanitária” dos escravistas de, através do tráfico, subtraírem o negro aos tormentos do cativeiro africano, perdia fôlego à medida que se foram intensificando os conhecimentos sobre o continente africano, de cujas terras e habitantes os europeus tinham uma ideia muito precária. E, sobretudo, era facilmente posta em causa pela existência aviltante que os escravos levavam depois de serem comprados pelos europeus. Thomas Jeffery, numa relação sobre o Norte da América, salientava precisamente o tratamento tirânico imposto pela escravidão onde os negros, longe de serem vistos como criaturas humanas detentoras de alma, razão e sentimentos, eram considerados o “refugo dos seres da natureza” sem qualquer direito aos privilégios humanos⁽⁸⁾.

No Brasil a situação era equivalente. Antonil, em 1711, dizia que os negros viviam ali como num verdadeiro inferno e que a eficiência do trabalho era geralmente obtida pela violência e coacção, por vezes com práticas tão cruéis que ultrapassavam a simples bestialidade, difíceis de

⁽⁶⁾ LECOINT- MARSILLAC, Le More-Lack, ou essai sur les moyens les plus équitables d’aboli la traite et l’esclavage des negres d’Afrique en conservant aux colonies tous les avantages d’une population agricole, Londres e Paris, Prault, 1789, in “La Révolution Française et l’abolition de l’esclavage. Textes et Documents”, ob. cit., t. III, Paris, 1968, p. 27.

⁽⁷⁾ Cfr. Bosquejo sobre o commercio em escravos, ob, cit, pp. 18-29.

⁽⁸⁾ Cit. LECOINTE- MARSILLAC, ob, cit, pp. 94-95.

"sofrer entre bárbaros" e mais ainda *"entre cristãos católicos"*⁽⁹⁾. Em 1758, o padre Manuel da Rocha dizia não haver maior infelicidade do que ser escravo, reunindo-se o indivíduo nessas circunstâncias a *"todas aquelas misérias, e todos aqueles incômodos, que são contrários e repugnantes à natureza, e condição do homem"*:

"Porque sendo este pouco menos que o Anjo, pela escravidão tanto desce, que fica sendo pouco mais, do que o bruto; sendo vivo, pela escravidão se julga morto; sendo livre, pela escravidão fica sujeito; e nascendo para dominar, e possuir, pela escravidão fica possuído, e dominado. Trabalha o escravo sem descanso, lida sem socego, e fatiga-se sem lucro, sendo o seu sustento o mais vil, o seu vestido o mais grosseiro, e o seu repouso sobre alguma taboa dura, quando não he sobre a mesma terra fria.

No serviço o quer seu senhor ligeiro como o servo, robusto como o boy, e sofrido como o jumento; para lhe ver os acenos o quer lince, para lhe ouvir as vozes o quer satyro, e para lhe penetrar os pensamentos o quer aguia. Tudo isto, e muito mais quer que seja o triste escravo; mas que ao mesmo passo, em que for tudo para ele, para si seja sempre nada; nada para o descanso tudo para o trabalho; e do trabalho nada para os misteres, e uso proprio, tudo para os lucros, e interesse alheyo"⁽¹⁰⁾.

E em 1802, Luís dos Santos Vilhena, embora considerando-os *"tão bravos como feras"*, não deixou de testemunhar, com repugnância, a maneira bárbara como eram tratados quando cometiam alguma falta, por mais insignificante que fosse⁽¹¹⁾. Perante tal maneira de agir, o propósito

⁽⁹⁾ ANDRÉ JOÃO ANTONIL, *Cultura e Opulência do Brasil*, texto da ed. de 1711, intr. e vocab. por A. P. Canabrava, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967, pp. 160-163.

⁽¹⁰⁾ P.^e MANUEL RIBEIRO ROCHA, *Ethiope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, Instruido e libertado*, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1758, Argumento [p. I-II].

⁽¹¹⁾ LUÍS DOS SANTOS VILHENA, *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*, Baía, Imprensa Official do Estado, 1921, carta V, p. 188.

“humanitário” dos escravistas mostrava toda a sua fragilidade. Longe ficava o desejo de libertar os negros escravos das cruéis práticas do seu país de origem e longe ficavam também os intuitos de uma assistência civilizada num mundo melhor que o africano, sob a tutela de senhores que, segundo a caracterização de Baudry-Deslozière, tinham “*uma paciência angelical para com os seus escravos*”⁽¹²⁾.

Todavia, ainda sob o pretexto “humanitário”, procurava demonstrar-se que a escravidão mesmo sendo uma instituição por princípio condenável, permitia aos escravos condições de vida muito superiores às dos servos da Europa. Malouet, por exemplo, procurou precisamente salientar que a vida dos escravos nas colónias da América não era assim tão má e degradante como a queriam fazer crer os abolicionistas, e, se acaso existiam abusos, o que admitia, a lei podia devia intervir para os eliminar e tentar amenizar esse “*mal crónico*” que pensava ser impossível de destruir, uma vez que, sem escravos, não poderia haver colónias.

Na opinião de Malouet, bastaria comparar a situação dos trabalhadores europeus com a dos escravos e a destes na sua terra natal e nas colónias, para se chegar à conclusão de que junto dos colonos os escravos eram, de entre todos, os que gozavam de melhores condições de vida. O escravo negro teria sempre o senhor para o proteger a si e à sua família, em caso de fome ou de doença. Teria sempre uma casa, um pedaço de terra e um amparo na velhice. O europeu pobre, pelo contrário, só podia contar com alguma possível caridade para não morrer de fome ou de miséria. Dispunha da sua liberdade, da sua força de trabalho que, no entanto, não era suficiente para lhe garantir a subsistência e, inclusivamente, o fazia entrar num estado que, Azeredo Coutinho, designava por “*escravidão da força da fome*”. Neste último caso, o indivíduo era livre para poder mudar de senhor, mas continuava-lhe subjugado a fim de satisfazer as suas necessidades vitais. Sendo assim, estes escravistas concluía que a condição destes europeus, era muito mais inumana do que a do escravo e muito mais sujeita à vontade e ao poder de seus senhores⁽¹³⁾.

Até no momento do castigo, o escravo parecia detentor de privilégios que estavam fora do alcance do trabalhador livre. Os proprietários, dizia Malouet puniam os seus empregados preguiçosos com a morte,

(12) Cit. CARMINELLA BIONDI, *ob. cit.*, p. 22.

(13) JOSÉ JOAQUIM DE AZEREDO COUTINHO, *ob. cit.*, pp. 27-29.

porque o ganho era consoante o trabalho e, se estes não trabalhassem, acabava por morrer de fome. Se acaso roubassem, eram enforcados e, se insultassem o senhor, eram presos. Com o escravo a pena corporal não chegava a tais extremos. Era aplicada com moderação, uma vez que o escravo era propriedade do senhor e este tinha todo o interesse em não destruir um bem que lhe pertencia⁽¹⁴⁾.

A questão posta desta maneira faz pensar que a escravidão era vista como uma possível solução para o problema da miséria que tão intensamente se fazia sentir na Europa e que Necker retratou de forma explícita e amarga quando afirmou que ao pobre, se falhava o trabalho e a caridade do rico, só lhe restava sofrer a fome como sofria a peste⁽¹⁵⁾. De facto, havia quem pensasse numa substituição deste tipo, pesando os prós e os contras da escravidão e da servidão. Jean François Melon, por exemplo, por volta de 1734, mostrava-se convicto de que a introdução da escravidão na Europa seria um bem, desde que fosse convenientemente regulada por uma legislação que mantivesse os indivíduos numa dependência absoluta e não pusesse em causa a propriedade⁽¹⁶⁾. Os trabalhadores europeus seriam muito mais felizes se fossem escravos, pois nessa condição poderiam gozar de uma segurança de que a liberdade cruelmente os privava. Tal como Melon, Linguet defendia esta mesma convicção de que a escravidão era a única forma possível de amenizar a situação miserável dos que na Europa alugavam a sua força de trabalho por um insignificante salário e que os proprietários tinham sempre a certeza de conseguir⁽¹⁷⁾.

Malouet, porém, não adopta esta solução, que considera inconveniente para uma nação que se quer livre e orgulhosa, permitir semelhantes contratos entre os seus membros. Além disso receava que por esta via se chegasse rapidamente á sujeição de toda a sociedade. Na América, a situação era diferente. Este perigo não existia, porque a cor da pele era por si só suficiente para estabelecer os limites entre a escravidão e a

⁽¹⁴⁾ Cfr. CARMINELLA BIONDI, *ob. cit.*, p. 26.

⁽¹⁵⁾ *Les Idées de Necker*, Paris, Librairie C. Klincksieck, 1974. nt. 53, p. 99. Para Necker a escravidão era uma prática vergonhosa mas necessária a que só o tempo poderia pôr termo. *Idem*, p. 145.

⁽¹⁶⁾ Cfr. CARMINELLA BIONDI, *ob. cit.*, p. 26.

⁽¹⁷⁾ *Les Idées de Necker*, *ob. cit.*, p. 98-99. Linguet, *Theorie des lois civiles*, nouvelle édition, t. III. Londres, livro V, 1774, pp. 72-85.

liberdade⁽¹⁸⁾. Azeredo Coutinho, por seu lado, considerava que só uma libertação gradual, à medida que a população aumentasse relativamente à terra disponível, seria humana. Para ele, porém, o grande problema residia na exploração colonial e, aí, o sistema de trabalho obrigatório, compulsivo que caracterizava o regime escravista era um mal perfeitamente dispensável aos europeus, uma vez que podiam aproveitar legitimamente para trabalhadores aqueles indivíduos que *“pela barbaridade de seus pais e de seus senhores, ou pela Lei do seu Paíz, estavam já condenados a trabalharem para sempre ao sol e à chuva em favor de quem quer que fosse, e ainda mesmo de serem vendidos às Nações Estrangeiras, e além dos mares”*. Seria uma forma de libertar os europeus ou, pelo menos, uma parte deles sem que a situação dos africanos se agravasse. No seu pensamento, a utilização do africano como escravo constituía um benefício e a atitude abolicionista não era mais do que uma grande falta de humanidade para com os brancos civilizados, cuja condição, em vez de se melhorar, se fazia igual à dos escravos pelo direito de propriedade que invocavam. Tanto mais que todas as coisas tinham um preço de estimação e, consoante a sua qualidade, o homem não fugia a essa regra. Sendo assim, dizia, os *“negros barbaros”* não podiam ser equiparados aos *“brancos civilizados”* e cada um desempenharia as funções relativas ao seu preço⁽¹⁹⁾. Nestes depoimentos é evidente, para além do mais, a não aceitação da liberdade e da igualdade dos homens sem distinção de raças.

Como se poderia então deduzir, sobretudo juntamente com Baudry-Deslozières, que os escravos levavam uma existência feliz nas colónias e eram humanamente tratados, quando se admitia que era necessário os senhores serem santos para suportar, entre muitas outras coisas, *“o seu odor fétido e natural, sua continua imundice, as suas rebeldias, as suas obscenidades... e todas as características repugnantes da sua espécie”*, unicamente *“pelo prazer de fazer o bem”*?⁽²⁰⁾. Como explicar as diversas atitudes dos escravos para, por qualquer meio ao seu dispor, até pela própria morte, se subtraírem ao domínio do senhor? Como explicar as inúmeras fugas, não obstante estarem sujeitos a severos castigos que iam desde a mutilação à morte, as insurreições, os envenenamentos dos senhores, os suicídios, os infanti-

(18) Cfr. CARMINELLA BIONDI, *ob. cit.*, pp. 28-29.

(19) JOSÉ JOAQUIM DE AZEREDO COUTINHO, *ob. cit.*, pp. 29-38.

(20) Cfr. CARMINELLA BIONDI, *ob. cit.*, p. 32-34.

cídios, provocados pelas mães que preferiam ver os seus filhos mortos a vê-los escravos?

Mas nem todas as teorizações escravistas se revestiam de um carácter optimista. Para outros autores, o acto de "humanidade" que era o tráfico do africano, tinha antes de mais e, sobretudo, uma justificação utilitária. Não quer isto dizer que os pressupostos humanitários fossem rejeitados. Todavia, como aludia Hilliard d'Auberteuil nas *Considerations sur l'état présent de la colonie française de Saint-Domingue*, se bem que a situação dos escravos negros na colónia fosse incomparavelmente melhor do que em África, era necessário para isso encontrar um bom senhor, o que não era fácil, porque a escravidão, ao trazer em si o germe de muitas formas de corrupção, alterava os costumes e, ao fim de algum tempo, era já difícil encontrar senhores que não fossem somente virtuosos na aparência⁽²¹⁾.

Também Moreau de Saint-Méry, na *Description de la partie française de l'isle de Saint-Domingue*, corrobora a ideia de que o mundo colonial não era um paraíso para o escravo. Ao referir-se ao ambiente social da colónia, Saint-Méry retrata a existência dos escravos negros de um modo mais realista, não deixando qualquer dúvida em relação a uma vivência degradante e opressiva por parte dos seus superiores, que os olhavam apenas como instrumentos do seu interesse e do seu prazer⁽²²⁾.

A questão do tráfico negreiro e da escravidão ligava-se ao problema mais vasto da colonização. Torna-se evidente que através dos argumentos apresentados se procurava justificar a ordem económica e social estabelecida. O trabalho escravo estava profundamente ligado à exploração das riquezas coloniais e estas eram tão importantes para a prosperidade do Estado, que se temia que o corte repentino da utilização da mão-de-obra escrava provocasse o desabar de toda a construção económica, em que se alicerçavam as potências coloniais.

Foi aliás este receio que conduziu à disparidade de atitudes, mesmo entre os autores antiescravistas. Só assim se compreendem as ambiguidades e resistências dos processos abolicionistas. Só assim se explica,

(21) HILLIARD D' AUBERTEUIL, *Considerations sur l'état présent de la colonie française de Saint-Domingue*, cit. Carminella Biondi, "ob. cit.", p. 31.

(22) MOREAU DE SAINT-MÉRY, *Description de la partie française de l'isle de Saint-Domingue*, cit. "Idem", p. 30.

também, que o abade Gregoire, um dos mais representativos anti-escravistas franceses e defensor da dignidade do homem negro, admitisse que só a escravidão poderia assegurar uma certa produtividade no meio colonial⁽²³⁾. O mesmo é dizer que ainda não estavam criadas as condições económicas que permitissem a abolição que o sentimento humanitário invocava. O que equivale a ter em atenção a conjugação de interesses de ordem vária e o distanciamento existente entre o discurso teórico e o discurso real.

A situação do escravo nas colónias é bem o símbolo do desfasamento entre o ideal humanitário e as condições de vida que o destituíam de toda a sua humanidade. Por vezes, foram os próprios autores escravistas que deram uma outra dimensão das vicissitudes do tráfico negreiro, da vivência dos escravos nas colónias e do ambiente social que lá se vivia. Com uma argumentação menos poética, deixaram no ar uma nota de miséria humana e preferiam invocar justificações de carácter económico. É que, como salientou Carminella Biondi, mesmo dentro da corrente escravista, *“nem todos estavam dispostos a prostituir a ideia de humanidade”*.⁽²⁴⁾

⁽²³⁾ H. GRÉGOIRE, *De la littérature des nègres*, Paris, Chez Maradau Libraire, 1808, pp. 173-174.

⁽²⁴⁾ CARMINELLA BIONDI, *ob. cit.*, p. 33.